



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1003608-47.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Marcelo Aparecido da Silva**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARCELO APARECIDO DA SILVA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Agraben Administradora de Consórcios Ltda, Novamoto São Carlos Ltda, Adhmar Benetton Junior, Gonçalo Agra de Freitas e Luiz Haroldo Benetton, também qualificado, alegando tenha aderido ao contrato na modalidade de consórcio a fim de ser contemplado com uma motocicleta *Honda CB 500F*, tendo assumido o compromisso de pagar 72 parcelas, das quais quitou 26, desembolsando a importância total de R\$ 11.415,73, porém foi comunicado da suspensão do consórcio pela liquidação extrajudicial da administradora, alegando o descumprimento contratual, por culpa exclusiva das requeridas, pois não será contemplado com o bem, requerendo a rescisão contratual e a restituição dos valores pagos.

A requerida *Agraben Administradora de Consórcios Ltda* contestou a ação arguindo, em preliminar, a falta de interesse de agir pelo motivo de o autor não ter se habilitado na liquidação extrajudicial em processamento, não havendo, assim, resistência da requerida, enquanto no mérito alegou que a restituição de valores deve observar as disposições contratuais, as quais proíbem a restituição de valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, devendo apenas ser restituído o valor de R\$ 8.204,84, além disso, argumenta ser indevida a aplicação de juros de mora sobre os débitos da massa liquidanda por vedação da Lei nº 6.024/74 e caso seja condenada na restituição dos valores, deverá o autor observar o procedimento de habilitação de crédito, enquanto sobre os danos morais alegou que descumprimentos contratuais não são suficientes para causar danos subjetivos ao indivíduo, os quais, aliás, não estariam demonstrados, sendo tão somente alegados, de modo a requerer a improcedência da ação e a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

A requerida, *Novamoto*, e os demais réus também contestaram a ação, arguindo, em preliminar, a ilegitimidade passiva, uma vez que não é ela a responsável pela administração do consórcio, havendo relação jurídica apenas entre autor e a administradora *Agraben*, enquanto no mérito argumentou que a administração dos recursos financeiros era de responsabilidade da administradora *Agraben*, de modo que a responsabilidade pela restituição de valores deva recair apenas sobre ela, concluindo, assim, pela improcedência da ação, enquanto que, com relação aos sócios, deve ser extinta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

a ação sem julgamento do mérito por ilegitimidade passiva na medida em que a responsabilização dos sócios somente ocorre após a desconsideração da personalidade jurídica.

O autor se manifestou sobre a contestação da ré, *Agraben*, alegando que a preliminar de falta de interesse não deve prosperar, pois haveria evidente resistência das rés, manifestando-se ainda pela legitimidade passiva da ré *Novamoto*, porquanto comercializava e lucrava com a venda originada dos referidos grupos de consórcios, devendo ser considerada como fornecedora e solidariamente responsável pelos danos em discussão, e no mérito afirmou ter havido, no caso, descumprimento contratual das rés que, assim, devem ressarcir integralmente os valores pagos, sobre os quais entende ser legal a incidência de juros, e quanto aos danos morais reiterou os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, cumpre considerar não caiba a concessão dos benefícios da justiça gratuita à ré *Agraben*, porquanto, apesar em regime de liquidação extrajudicial, não haja demonstração de insuficiência de recursos para arcar com os encargos processuais, sendo nesse sentido a jurisprudência: *"JUSTIÇA GRATUITA - Pretensão de reforma do indeferimento - Empresa em liquidação extrajudicial - Situação de liquidando que, por si só, não autoriza a concessão do benefício - Necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais - Inteligência da Súmula 481, do Superior Tribunal de Justiça - Hipótese em que não logrou a apelante demonstrar sua efetiva necessidade"*¹.

Com a relação à preliminar de ilegitimidade passiva do réu *Novamoto*, não há como ser acolhida.

Ocorre que se cuida, na espécie, de uma típica relação de consumo, à qual aplicável o disposto no art. 20 do Código de Defesa do Consumidor, a qual *"instituiu uma solidariedade legal em toda a cadeia de fornecedores, organizados para servir ao consumidor"*, e, desse modo, *"Cabe ao consumidor a escolha contra quem irá reclamar"*, pois *"quando o caso é de serviços prestados por muitos fornecedores (unidos entre si ou não), o dever legal de qualidade é de todos"* (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM²³).

Ora, os documentos juntados com a inicial deixam manifestamente claro que a ré *Novamoto* não apenas intermediava a venda dos contratos, mas era de fato quem promovia esse Consórcio, amparada na personalidade jurídica distinta da administradora e também ré *Agraben*, cuja premiação era obrigatoriamente voltada à venda de motocicletas no estabelecimento comercial da ré *Novamoto*, razão pela qual a condição de *encadeamento de fornecedores* para a conclusão do negócio de venda está suficientemente demonstrada, impondo a aplicação do disposto no referido art. 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Há, portanto, solidariedade ditada pela lei, que deverá ser observada caso

¹ *idem*.

² CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT-SP, p. 569.

³ CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 310.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

procedente a ação pelo seu mérito.

Já com relação aos sócios da empresa, *Adhmar Benetton Júnior, Gonçalo Agra de Freitas e Luiz Haroldo Benetton*, deve ser reconhecida a ilegitimidade de parte, pois os patrimônios deles não se confundem com os das empresas ré, além do que, não foi demonstrada hipótese legal de desconsideração da pessoa jurídica, de modo que o feito deverá ser extinto sem análise de mérito em face dos réus pessoas físicas.

Ainda em relação às preliminares, cumpre igualmente rejeitada a alegação de falta de interesse de agir do autor, na medida em que a resistência de ambas as rés em proceder à restituição dos valores desembolsados pelo autor é mais que clara, com o devido respeito.

Valha-nos lembrar, a possibilidade de que o autor realize a habilitação do seu crédito junto à Massa Liquidanda da ré *Agrobens*, atualmente em regime especial de liquidação extrajudicial, não importa em que deve observar o mesmo procedimento em relação à devedora solidária *Novamoto*, razão pela qual rejeito a preliminar de falta de interesse.

No mérito, resta incontroversa a existência do contrato de consórcio bem como sua suspensão, com a consequência da não contemplação do autor enquanto consorciado, não obstante viesse ele cumprindo regulamente sua obrigação em relação aos pagamentos das parcelas, de modo a tornar forçosa a conclusão de que o inadimplemento ocorreu por culpa exclusiva das rés, que devem, assim, restituir integralmente os valores pagos pelo consorciado, nos termos do que vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: "**RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS – Valores que devem ser objeto de devolução integral, ante o manifesto inadimplemento contratual da administradora de consórcios**"⁴.

A restituição é, portanto, devida, nos termos do que o próprio autor liquidou, no valor de R\$ 11.415,73 conforme prova documental, o qual, de resto, não foi impugnado pelas rés, ficando, pois, acolhido.

Sobre a pretensão de ver retidas parcelas dos pagamentos feitos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, cumpre considerar se cuide aqui de restituição devida em razão do inadimplemento total das rés frente ao autor, portanto, por conta ilícito contratual praticado por culpa exclusiva, circunstância em que não lhe cabe pretender retidos quaisquer valores.

A correção monetária deverá ser contada pelo índice do INPC da data dos respectivos desembolsos.

Também não merece acolhimento a tese de não incidência dos juros de mora em relação à ré *Agrabens*, a despeito de sua condição de Massa Liquidanda, na medida em que a própria Lei nº 6.024/74 condiciona a não incidência desses juros à inexistência de ativo suficiente para o pagamento, questão que somente em sede de execução poderá ser analisada.

A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DA CORTE. GRATUIDADE JUDICIÁRIA.**"

⁴ (Apelação 0044063-81.2012.8.26.0005; Relator(a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/11/2015; Data de registro: 09/11/2015)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1.-"Ajuizada ação de adimplemento de obrigação descumprida pela empresa em liquidação, incide a regra processual sobre a mora (art. 219 CPC) e, como consequência, fluem os juros moratórios desde a citação válida" (REsp 48.606/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ 29/08/1994)".⁵

Cumpre, portanto, seja a dívida ora discutida também acrescida dos juros de mora de 1,0% ao mês a contar da citação

As rés sucumbem e devem arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO EXTINTA a presente ação, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com relação aos réus *Adhmar Benetton Júnior, Gonçalo Agra de Freitas e Luiz Haroldo Benetton*, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, e condeno o autor na verba honorária que arbitro em 10% (*dez por cento*) do valor da condenação, ficando prejudicada essa condenação enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita; e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação DOU POR RESCINDIDO o contrato de consórcio nº 217611, Grupo CA05, Cota 559, tendo por objeto a motocicleta *Honda CB 500F*, firmado entre as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA e o autor MARCELO APARECIDO DA SILVA em 18 de novembro de 2013, e em consequência CONDENO as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, solidariamente, a restituir à autora o valor de R\$ 11.415,73 (*onze mil, quatrocentos e quinze reais e setenta e três centavos*), acrescido de correção monetária pelo índice do INPC a partir dos respectivos desembolso, e juros moratórios de 1%, ao mês a contar da citação, e CONDENO as rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (*dez por cento*) sobre o valor da condenação, atualizada.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 06 de dezembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

⁵ *idem*.